



NAZARÉ DA MATA-PE: AÇÕES QUE DESTACAM A PROPAGAÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL ATRELADA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Naíza Geórgia Nunes de Lira¹

Ruan Carlos Fernandes da Silva²

João Allyson Ribeiro de Carvalho³

INTRODUÇÃO

As questões relacionadas ao Meio Ambiente estão se tornando cada vez mais frequentes em diversos âmbitos educacionais, nesta perspectiva é bastante pertinente a formação de professores atrelada ao processo de sensibilização com o meio ambiente. Em um contexto onde observamos que cada vez mais, a relevância de debater a propagação da sustentabilidade nas escolas é de suma importância, sendo assim a formação (inicial e continuada) de professores de geografia deveria estar entrelaçada na perspectiva da Educação Ambiental.

A formação de professores deve ter olhar geográfico, uma vez que as mudanças podem começar na sala de aula com enriquecimento da prática docente. Neste ponto de vista, para evidenciar as práticas docentes é relevante enaltecer a formação de professor sendo ela continuada ou inicial.

O presente trabalho tem por ponto focal o município de Nazaré da Mata, localizado na Zona da Mata Norte do estado de Pernambuco, como também tem por objetivo destacar a relevância da Educação Ambiental-EA, no âmbito do Município de Nazaré da Mata-PE, para evidenciar a importância de práticas que visam a real propagação da sensibilização com o Meio Ambiente a partir da formação de professores(as). O levantamento dos dados e sua sistematização se deram a partir de metodologia quanti-qualitativa pautada na pesquisa ação, com um destaque também para o processo de revisão bibliográfica visando a composição do referencial teórico, como também a realização de práticas do plantio de mudas nativas da Mata Atlântica, reforçando a necessidade das ações ambientais para a validação da Educação Ambiental.

Dessa forma, o projeto foi desenvolvido para verificar e evidenciar a importância da abordagem ambiental nas aulas de Geografia visando a sensibilização dos alunos e



alunas com as questões ambientais e ecológicas, como também trabalhar com professores e licenciandos em uma vertente ambiental.

Por fim, o presente trabalho tem como tema de pesquisa a importância da Educação Ambiental e as ações atreladas à formação de professores na perspectiva de sensibilização para o despertar da consciência ecológica e social, tornando as pessoas indivíduos sensíveis para com as questões ecológicas a qual se inserem.

METODOLOGIA (AS AÇÕES DESENVOLVIDAS)

A metodologia deu-se a partir da pesquisa qualitativa com a utilização de análise de conteúdo, envolvendo revisão bibliográfica, no que se refere às questões ambientais e metodologias que levem os alunos, professores e público em geral com a proposta apresentada.

É evidente destacar a abordagem quali-quantitativa, como também, a utilização da Análise do Conteúdo, uma vez que:

A Análise de Conteúdo é uma dentre as diferentes formas de interpretar o conteúdo de um texto que se desenvolveu, adotando normas sistemáticas de extrair os significados temáticos ou os significantes lexicais, por meio de elementos mais simples de um texto (CHIZZOTTI, 2014, p.114).

A segunda parte deu-se por meio da pesquisa aplicada, onde em uma sequência de trabalhos foram aplicados, dentro e fora do ambiente escolar, das redes, estaduais, municipais e privadas do Município de Nazaré da Mata - Pernambuco, com o objetivo de salientar as questões ambientais que envolvem o cotidiano. Com o objetivo de interagir com o público de forma participativa e colaborativa, entendendo as dificuldades, dúvidas e sugestões. Entendendo que a práxis-pedagógica é uma ferramenta potente na formação do cidadão que seja crítico e participativo.

REFERENCIAL TEÓRICO

A formação de professores, sobretudo no que diz respeito à formação inicial em cursos de nível superior, tem sido de investigação e debate sobre formação e profissão docente, que surgiu em âmbito internacional nas décadas de 1980 e 1990, tendo como um dos motivos o movimento de profissionalização do ensino e suas consequências para a questão do conhecimento dos professores Cavalcanti, 2015.



No Brasil, essa discussão ganhou destaque a partir de 1990, quando se buscaram novos enfoques e paradigmas para se compreender a prática pedagógica e os saberes pedagógicos e epistemológicos referentes ao conteúdo escolar, resgatando o papel do professor como profissional reflexivo.

Na perspectiva da Educação Ambiental se faz necessário aumentar a relevância dos seus remanescentes e da Educação Ambiental visando a proteção do que ainda existe dessas áreas, uma vez que representam espaços educadores, aqueles que se aprende a partir deles, estando neles presentes ou através das referências bibliográficas que lhes são correspondentes (COUTINHO *et al*, 2021), uma vez que as ações se propagam nem área onde o Bioma da Mata Atlântica está presente em formas de fragmentos. Sendo assim, segundo o Relatório Anual de Desmatamento no Brasil, publicado em julho de 2022, houve ampliação crescente de área desmatada nos anos de 2019, 2020 e mais ainda em 2021 (MAPBIOMAS, 2022), o que é bastante significativo em função do que o bioma Mata Atlântica já foi degradado, sendo considerado o segundo mais devastado no mundo, mesmo possuindo uma das maiores biodiversidades do Planeta.

Nesta perspectiva se faz necessário destacar a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), a Educação Ambiental é compreendida como:

Os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade [...] um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal (BRASIL, 1999).

De acordo com o processo de fragmentação e destruição que o bioma sofreu e sofre, é de suma relevância destacar a Educação Ambiental, uma vez que ela tem por base promover a sensibilização das pessoas referente a temas que devem ser de preocupação de todos os indivíduos. De acordo com o Art. 2º da Lei nº 16.688, de 6 de novembro de 2019, que instituiu a Política de Educação Ambiental de Pernambuco.

Entende-se Educação Ambiental como um processo contínuo, dinâmico, crítico, transformador, participativo e interativo de aprendizagem para a construção de valores, conhecimentos, habilidades, atividades e competências individuais e coletivas que



sejam direcionadas à promoção do exercício da cidadania na relação entre sociedade e natureza buscando a sustentabilidade, considerando a justiça social e o equilíbrio ecológico, enquanto fatores essenciais à proteção do Meio Ambiente e, conseqüentemente, a melhoria da qualidade de vida (PERNAMBUCO, 2019).

Segundo Dias (2004), Educação Ambiental é um processo por meio do qual as pessoas compreendem como funciona o Meio Ambiente, como dependem dele, como o afetam e como podem promover sua sustentabilidade, pois, elementos dos sistemas ecológicos proporcionam serviços ecossistêmicos que são essenciais para a manutenção da vida.

RESULTADOS

Como resultados, foram realizadas oficinas para destacar a necessidade do cuidado com o meio ambiente em praça pública, consolidando a notoriedade da propagação da EA em espaço não formal, revelando a necessidade de abordagens em diversas localidades. Também foram realizadas rodas de conversa com discentes do Ensino Básico e palestras com professores e estudantes do Ensino Superior.

As ações realizadas pautaram-se na aplicação de questionários semiestruturados a docentes de instituição do Ensino Básico para analisar sua percepção sobre a importância de práticas educativas que envolvem a EA (Educação Ambiental) para consolidar a necessidade de práticas frequentes que estejam entrelaçadas com o Meio Ambiente. Foi notório também a percepção de docentes sobre a importância da Educação Ambiental em espaços formais e não formais, porém a falta de ações efetivas para a propagação da EA é bastante evidente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final das atividades da semana de meio ambiente, realizada pela Diretoria de Meio Ambiente, notou-se um entusiasmo gratificante por parte dos alunos, tanto da rede municipal, quanto da estadual e privada. A comunidade escolar apresenta-se colaborativa e receptiva com as questões ambientais. Atentos às palestras e também nas atividades que demandam a prática, as atividades não se restringiram apenas às palestras, mas colaborativas, onde os alunos plantaram árvores em suas respectivas escolas.

A programação realizada na praça pública contou com o envolvimento do público em geral junto à comunidade escolar. Onde as atividades consistiam em aprender sobre a reciclagem de forma prática, separando o material em suas lixeiras adequadas



conforme as suas cores. Na outra oficina os alunos aprendiam e germinavam as suas próprias sementes de ipê amarelo.

A semana de meio ambiente, vem enaltecer e salientar que as questões ambientais não estão restritas apenas a profissionais da área, mas que podem envolver-se com diversos públicos, dentro e fora do contexto escolar. Denotando o potencial de sensibilizar a todos sobre o meio ambiente, qualidade de vida, o esgotamento dos recursos e os problemas que a falta de consciência ambiental nos acarreta. Vale ressaltar, que essas atividades devem ser contínuas e está sempre presente no ambiente formal e não formal, fazendo parte assim do cotidiano de todos.

Por fim, o trabalho permitiu concluir que a educação ambiental precisa ser crítica, de modo que o cidadão possa expor as questões ambientais que envolvem a sua relação com o meio e também participativa, quando oferece a oportunidade para que a população possa participar das oficinas, do plantio de mudas e das rodas de diálogo. Desta forma buscando consolidar a EA atrelada às práticas educativas em espaços formais e não formal.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **Lei 9.795, de 27 de abril de 1999.** Institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 28 de abril de 1999.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **O LUGAR COMO ESPACIALIDADE NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA:** breves considerações sobre práticas curriculares. EduGeo, Goiânia (GO), 2015.

COUTINHO, Solange Fernandes Soares; CAVALCANTI, Edneida Rabelo.; ALBUQUERQUE, Juvenita Lucena de; QUINAMO, Tarcísio dos Santos. O Poder da Imagem na percepção das Unidades de Conservação como Lugares Educadores. In: SEABRA, Giovanni. **Educação ambiental: Uso, manejo e gestão de recursos naturais.** Ituiutaba, MG: Barlavento, 2021. Livro 1. p. 509-532. disponível em: https://www.mediafire.com/file/6entqbg5wxppope/Livro_1_-_CNEA_2021.pdf/file Acesso em: 10 set. 2023.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental: princípios e práticas.** 9 ed. São Paulo: Gaia, 2004.

MAPBIOMAS. **Relatório anual de desmatamento no Brasil 2021.** São Paulo: MapBiomias, 2022. Disponível em: <http://alerta.mapbiomas.org> Acesso em: 5 de set. 2022.

PERNAMBUCO, Secretaria de Meio Ambiente. **Lei 16.688, de 6 de novembro de 2019.** Instituiu a Política de Educação Ambiental de Pernambuco – PeaPE. Recife: Diário Oficial do Estado de Pernambuco, 2019.